

## Uma Missão Pedagógica ao Uruguai em 1913: uma leitura sob à ótica do jornal A Federação

### Resumo

Esta pesquisa tem como propósito apresentar os elementos que constituíram a necessidade e/ou interesse do governo gaúcho em encaminhar, sob a administração de Borges de Medeiros em 1913, uma missão pedagógica ao Uruguai como intuito de estudar a organização, os métodos de ensino e tudo que fosse relativo ao sistema de ensino uruguaio. Como fonte principal, analisamos o jornal A Federação visto que o mesmo se constituiu como um importante veículo de propagação dos ideais defendidos pelos republicanos. Logo, foram analisadas 101 edições (01.09.1913 – 31.12.1913). Como suporte teórico utilizou-se Giolo (1994), Tambara (1995), Corsetti (2007), Barran (1998), Caetano (2000), Greissing (2000) e Bralich (1987).

**Palavras-chave:** Missão pedagógica; Uruguai; Borges de Medeiros

**Caroline Braga Michel**

Universidade Federal de Pelotas  
caroli\_brga@yahoo.com.br

**Eduardo Arriada**

Universidade Federal de Pelotas  
earriada@me.com

## Introdução

Este trabalho faz parte de uma investigação mais ampla que vem sendo realizada sobre a Missão Pedagógica encaminhada ao Uruguai em 1913 pela administração do governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros. A mesma tinha o intuito de estudar a organização, os métodos de ensino e tudo que fosse relativo ao sistema de ensino uruguaio a fim de identificar ‘possibilidades modernas’ que contribuíssem para a superação das contingências enfrentadas pelo Rio Grande do Sul no setor educacional.

Cabe destacar que essa estratégia adotada pelo governo gaúcho nos anos iniciais da Primeira República, era uma prática vigente realizada por diferentes países desde o período Imperial por apresentar uma possibilidade de investigar em que medida as condições educacionais de outras nações poderiam melhorar a Instrução Pública nacional. Fosse relativo à difusão de métodos, ao uso do material escolar didático, assim como, o aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente. Por isso, muitas vezes essas missões eram incentivadas e financiadas pelo poder público.

Assim, com o propósito de apresentar especificamente neste trabalho, uma problematização acerca dos elementos que constituíram a necessidade e/ou interesse do governo gaúcho em encaminhar tal missão ao Uruguai, o mesmo teve como fonte principal o jornal *A Federação*. A escolha por essa fonte deve-se ao fato desse jornal ter se constituído como um importante veículo de propagação dos ideais defendidos pelos republicanos já que o mesmo era órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Com circulação de 1º de Janeiro de 1884 a 17 de novembro de 1937, esse jornal teve uma das maiores circulações no Rio Grande do Sul, competindo com o *Correio do Povo*.

Entrecruzado a essa fonte utilizou-se como suporte teórico para a contextualização do Rio Grande do Sul, principalmente, os trabalhos de Giolo (1994), Tambara (1995), Corsetti (2007) e para o cenário uruguaio os de Barran (1998), Caetano (2000), Greissing (2000) e Bralich (1987).

Diante do exposto, cabe salientar que esse artigo foi organizado em quatro seções. A primeira apresenta uma contextualização do cenário do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX; a segunda apresenta o contexto Uruguaio; a

terceira analisa as reportagens publicadas no jornal *A Federação*, e por fim, a quarta expõe algumas conclusões preliminares.

### O cenário do Rio Grande do Sul no final do séc. XIX e no início do séc. XX.

Nas administrações republicanas durante o período da República Velha (1890-1930), o Governo do Estado contou sempre com a participação efetiva do Partido Republicano Rio-Grandense, ocupando o Presidente do Estado, a chefia do partido. As principais características do PRR eram: a defesa do federalismo, a condenação do sistema escravocrata e a ideologia positivista, inspirada em Augusto Comte. É possível afirmar que, a partir das ações desenvolvidas por este partido, o Estado do Rio Grande do Sul passou por mudanças significativas no que tange a economia, a política e a cultura (GIOLO, 1994; TAMBARA 1995; CORSETTI, 2007).

Em meio a esse processo de transformações, o Estado mostrou significativos avanços uma vez que o Projeto Republicano tinha como objetivo eliminar todo e qualquer resquício do passado que fosse referente a estagnação, a escravidão e a ignorância. Nesse sentido, o PRR rejeitava a velha ordem apresentando uma proposta que reorganizava a sociedade a partir da liberdade e da igualdade. E que propugnava, portanto, que o progresso do Estado dependia de uma reforma intelectual.

Para tanto, um conjunto de medidas e diferentes estratégias foram sendo organizadas e difundidas pelo PRR. A educação, por sua vez recebeu atenção especial já que o sistema escolar era entendido como “a correia de transmissão” de formas de pensamento condizentes com os interesses da classe dominante (TAMBARA, 1995).

Nesse contexto em que a escola é compreendida como um instrumento fundamental de propaganda do ideário positivista do governo gaúcho continuava valendo a máxima do Governo Borges de Medeiros, “conservar melhorando”, o que sob a ótica das autoridades implicava o entendimento que seria por meio da educação que o Estado atingiria o progresso.

Corsetti (2007) ressalta que isso se deu por três aspectos fundamentais: (i) o processo de modernidade e de modernização (ii) a relação entre Estado e Igreja, suas

políticas, seus conflitos e mediações e (iii) a expansão da escola pública neste período. Para a referida autora, esses três aspectos, imbricados, produziram um cenário de modernidade e modernização em que a educação passou, então, a ser vinculada à formação social. Pois, era através da educação que os sujeitos poderiam sair da “ignorância” e serem educados de forma a ter aptidão para governar-se e adquirir o gosto pelo exercício da liberdade e a consciência nacional já que a emergência no momento indicava a necessidade de se formar cidadãos prontos e adequados ao mercado de trabalho.

Em relação ao segundo aspecto, a relação entre Igreja e Estado, a autora destaca como importante a liberdade e a nacionalização do ensino defendida pelo Governo Gaúcho Republicano. Cabe enfatizar, porém, que

[...] o verdadeiro centro da disputa era a escola primária. Para o estado, a formação do cidadão que interessava a seu projeto implicava a construção dos princípios da nacionalidade brasileira, o que não foi fundamental à igreja. [...] O aprofundamento dos vínculos da igreja com Roma [...] significou, efetivamente, uma diferença expressiva entre o posicionamento da instituição católica e do estado gaúcho. (CORSETTI, 2007, p. 298-299).

O discurso da Igreja contrapondo-se ao do Estado defendia não só o dever da escola de educar, mas, acima de tudo, o seu direito e o serviço à educação cristã, religiosa e moral que legitimava um ideário de sujeito, de educação e de comportamento social. Todavia, cabe ressaltar que esta disputa entre Estado e Igreja se deu no intuito de concretizar e instaurar os seus ideais no ensino primário daquela parte da população que não era atendida e que não tinha acesso à educação.

No que faz referência ao terceiro aspecto, a expansão da escola pública no período da Primeira República, a autora destaca vários elementos, dentre eles, ressaltamos que nesse período: (i) se constituíram características ao serviço de professor atrelado à figura feminina, ou seja, o ideário capitalista passou a solidificar a ideia, por excelência, da *professora*; (ii) se intensificou a discussão acerca do entendimento de ensino, de “questões relativas a teorias e métodos de ensino, conteúdos a serem ensinados, livro didático e sala de aula”; (iii) houve a tentativa da criação de diferentes

programas escolares e da universalização do ensino gaúcho a partir da lógica indutiva e (iv) ocorreu a inserção da instrução moral e cívica nas escolas, assim como das ciências físicas articuladas às questões da higiene, dos trabalhos manuais, dos conteúdos de história e a utilização de livros escolares (CORSETI, 2007, p. 308).

Todas essas questões relativas ao sistema educacional foram sendo colocadas em pauta e discutidas pelo governo gaúcho à medida que a expansão do ensino primário público no Rio Grande do Sul, paulatinamente, ganhava espaço. Os esforços e o investimento no serviço da instrução pública primária, segundo registros do Secretário do Interior, em 1913, era um dos que representava maior porcentagem sobre as despesas orçamentárias: 3.762:511\$000 rs<sup>1</sup>.

Algumas das ações e investimentos do governo gaúcho no que diz respeito a instrução primária eram divulgadas, dentre outros impressos, no jornal *A Federação*. Essa era uma forma do governo noticiar e informar à população o quanto o Estado vinha, ainda que em meio a dificuldades, investindo no que de mais atual e moderno existia na época para esse serviço. Fato esse, que pode ser evidenciado através de uma reportagem publicada no jornal, em 1913:

[...] Vea o que de nós diz a citada revista Educação e Pediatría, de junho preterito, sob o titulo – A diffusão do ensino no Rio Grande do Sul:<O estado do Rio Grande do Sul está tambem compreendido no numero dos que se interessam alguma cousa pela instrucção do povo. E’ uma prova disso a serie de providencias dessa natureza tomadas em fevereiro ultimo pelo governo daquelle prospero Estado, creando onze novos collegios elementares; requisitando o secretaria do Interior do seu collega das Obras Publicas, alguns engenheiros para projectarem os edificios dos novos collegios e dirigirem a sua construcção, que breve começará.> [...] (A FEDERAÇÃO, 08/10/1913, p.1).

Assim como o excerto destacado, outras reportagens publicadas no jornal *A Federação* enalteciam ou buscavam afirmar através de cálculos e exemplos quantitativos, por exemplo, o quanto essa República vinha crescendo, tanto no âmbito educacional, político como econômico. Contudo, ainda que como salientado no excerto a expansão da instrução pública viesse ocorrendo e que colégios estivessem sendo construídos é

---

<sup>1</sup> Dados apresentados no Relatório da Secretaria de Negócios do Interior e do Exterior, 1914.

importante mencionar que um dos aspectos que foi compreendido como fator de “estrangulamento do desenvolvimento da rede de ensino pública foi o processo de formação de professores” (TAMBARA, 1995, p.284). Tal fator também foi mencionado em meio a algumas reportagens do jornal que apresentavam discursos de caracterização e de defesa das ações do governo sobre o serviço do ensino público:

[...] O que o Rio Grande do Sul ainda não tem – força é confessa-lo – é um corpo forte de professores.  
E a maior preocupação actual do nosso governo – já não é – como se pensa da reorganização das escolas que temo-la feita, mas a de obter professores, em numero bastante para alcançar os resultados que pode produzir a reforma introduzida, há alguns annos. (A FEDERAÇÃO, 09/10/1913, p.3).

O processo de formação de professores, na época, ocorria nas Escolas Complementares, as quais tinham “caráter prático e profissional com o fim de desenvolver o ensino elementar e preparar candidatos ao magistério público primário” (Decreto Estadual 874, artº 5, de 28 de fevereiro de 1906). A única Escola Complementar do Rio Grande do Sul, nesse período, estava localizada no município de Porto Alegre e o ingresso para essa instituição era feito através de exames de admissão, os quais eram publicados por meio de editais, com o prazo de 15 dias.

Entretanto, segundo Tambara (1995, p. 284) a procura pelo processo de formação docente era pequena, o que implicava no reduzido número de profissionais para atender a demanda dos colégios que estavam sendo construídos. Dois exemplos apresentados pelo autor elucidam tal afirmação. O primeiro é referente ao ano de 1912, quando existiam 116 alunos matriculados na Escola Complementar e, apenas 110 frequentavam a mesma. E o outro exemplo é respectivo ao ano de 1913, que de um total de 810 escolas públicas isoladas, existia vacância em 347 delas.

Além da falta de professores como enfatizado pelo autor, outro aspecto atrelado ao não progresso e a pouca qualificação do ensino público nesse período era a diversidade de métodos utilizados no ensino gaúcho. Ainda que o governo tivesse, em 1897, estabelecido através de um regulamento que o método a ser utilizado nas escolas públicas deveria ser o intuitivo, e reafirmado tal decisão no regulamento de 1906, Corsetti

(2004) enfatiza que mesmo assim ainda havia certa dicotomia entre a orientação oficial do governo e a realidade da formação dos professores uma vez que

[...] Enquanto o governo estabelecia por decreto a adoção do método indutivo, vinculado à perspectiva empirista, os professores guardavam, em função de sua formação recebida na Escola Normal, estruturada no Império quando a influência da Igreja Católica era determinante, uma orientação vinculada ao idealismo cristão de caráter dedutivista. (CORSETTI, 2004, p.9)

Nesse sentido, é importante ressaltar que embora a formação dos professores na Escola Complementar tenha substituído a de inspiração Católica, a pluralidade das formas de ensino ainda era muito presente no cotidiano dos colégios tanto pelo fato dos diferentes processos de formação como também pela dificuldade do governo em inspecionar o que acontecia em cada escola. Para o PRR, essa situação representava uma ameaça ao seu Projeto Político, pois, a partir dos ideários desse partido, acreditava-se que a unidade do ensino poderia trazer progresso ao Estado já que era concebida à época como uma necessidade dos povos cultos (Relatório 1896, apud TRINDADE, 2002).

A fim de superar essas e outras contingências relativas à instrução pública, diferentes medidas foram sendo adotadas pelo governo gaúcho. Dentre elas, sob a administração de Borges de Medeiros, em 1913, a organização de uma missão pedagógica ao Uruguai com o intuito de estudar sobre a estrutura e o funcionamento do sistema escolar da referida República.

Sobre a organização de missões à época, cabe salientar que durante o período Imperial diversas missões educacionais, tanto de caráter particular como público (MIGNOT e GONDRA, 2007), foram realizadas em virtude de essas serem consideradas como uma possibilidade de nações qualificarem seus sistemas de ensino públicos através das experiências bem sucedidas de países considerados mais desenvolvidos. Nesse sentido, e, especificamente sobre a estratégia adotada pelo governo gaúcho em 1913, ressaltamos que

O chamado intercambio de professores- diz a revista Educação e Pediatría, do Rio – vai já se generalizando entre os povos cultos, com excellentes resultados.

São impressões novas e fecundas que se recebem, observações de valor que se colhem e idéas sãs que se trocam.  
Muito acertada, pois, deve ser julgada a medida que o nosso benemerito governo está a pôr em pratica. (A FEDERAÇÃO, 08/10/1913, p.1).

Exposto o cenário gaúcho no final do século XIX e início do século XX, passamos a apresentar, então, na próxima seção uma caracterização do contexto uruguaio nesse período, o qual foi escolhido como destino para a Missão Pedagógica a ser realizada.

### O contexto uruguaio

Nas primeiras décadas do século XX, o Estado Uruguaio passa cada vez mais a ter um papel de destaque. Impulsionado pelo governo de Batlle y Ordóñez, - expresso através de uma atitude paternalista, da atuação enquanto mediador nos intensos conflitos sociais que se produziram nesse início do século (enfrentamentos de trabalhadores e classe patronal), e também na atuação como impulsionador de um desenvolvimento industrial voltado à substituição das importações, o contexto uruguaio mostrou significativos avanços.

No plano social, por exemplo, houve um crescimento vegetativo da população, assim como uma acelerada taxa de urbanização da mesma. No último quarto do século XIX a população duplicou, passando de 500.000 mil habitantes para 1.000.000, e no primeiro quarto do século XX, atingiu a cifra de 1.500.000<sup>2</sup>. Já no plano cultural e educacional, pode-se destacar a expansão do sistema público de educação, que chegou a atender quase a totalidade da população. Nesse sentido, cabe salientar no que faz referência ao ensino primário, o crescimento da população escolar que passou de 45.617 matriculados em 1897, para 74.717 em 1910, atingindo 157.300 no ano de 1930. O número de escolas para atender essa população escolar cresceu também de 545 em 1897 para 1.100 escolas no ano de 1930. Quanto ao número de professores, constatou-se 2.300 em 1910, e 3.600 em 1930 (BRALICH, 1987, p. 80).

---

<sup>2</sup>Cabe destacar aqui que este aumento populacional se deve, em grande parte, aos fluxos migratórios ocasionados da Primeira Guerra Mundial.



O confronto entre a Igreja e o Estado pela ocupação de novos espaços públicos durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, teve seu marco em 1919 com a separação institucional das duas. Contudo, essa “solução política” não deu por encerrada a questão religiosa no Uruguai, pelo contrário, vários temas continuaram sendo motivo de debates, entre eles, ressalta-se o da educação. O processo de secularização uruguaio, fortemente estatal também pretendia definir os conflitos sobre o ensino. Diversos estudos sobre a sociedade uruguaia nesta época, como por exemplo, BARRÁN (1998), CAETANO (2000), GREISSING (2000), apresentam a importância do “Centenário” dentro do cenário vigente:

Fue efectivamente durante las primeras décadas del siglo XX cuando la sociedad uruguaya pudo completar su primer modelo de configuración nacional, culminando así el perfil de una tarea iniciada varias décadas atrás. Las nuevas generaciones del Novecientos y del Centenario – no remitiéndonos aquí solo a sus elites intelectuales y políticas – fueron en estos aspectos herederas directas de las ideas y gaenas de hombres como Francisco Bauzá, Juan Zorrilla de San Martín o José Pedro Varela, entre otros, a cuyo legado pudieron agregar desde una perspectiva nacionalista la consolidación de un imaginario social que estuviera en condiciones de “anclar” efectivamente varios referentes culturales e institucionales de los uruguayos. Inscrita dentro de diversos contextos que impelían la consolidación de una visión ciudadana de la nación, la sociedad uruguaya ambientó en esta nueva etapa la acción de diversos productores de imaginario colectivo, que focalizaron su tarea – de modo tan obsesivo como disputado – en la integración del adentro, lo que por cierto pudo asociarse en el plano simbólico con la experiencia histórica del “primer batlismo” y con las políticas públicas de signo reformista aplicadas por entonces. (CAETANO, 1998, p. 20-21).

Deste modo, se configurou um debate em que problematizava de um lado os liberais anticlericais, promotores do “monopólio estatal da educação”, que privilegiavam as vias institucionais e, de outro lado, os católicos, que tendo como bandeira a “liberdade de ensino”, defendiam a iniciativa privada e religiosa da educação, “intentando salvaguardar um espacio público ante el fuerte avance del proceso de secularización em la sociedad uruguaya” (GREISSING, 2000, p.69). Em meio a esta disputa, estava em jogo

“nada más ni nada menos que la responsabilidad de la formación de la conciencia de los futuros ciudadanos”<sup>3</sup>.

Sobre os discursos que foram organizando e constituindo um projeto educacional nesta época para a sociedade uruguaia, é importante destacar as contribuições e o legado de José Pedro Varela. O mesmo defendia a escola pública gratuita, obrigatória e laica já que a educação era um serviço de utilidade pública e era condição para a participação cívica e um bem irrefutável ao progresso, como pode ser percebido por meio de suas palavras:

A liberdade do indivíduo, especialmente do indivíduo na sociedade, não é ilimitada [...] A liberdade individual tem a liberdade das outras pessoas como o seu limite irredutível. [...] Se o estado estabelece certas condições para o exercício da cidadania, que só pode ser alcançada pela educação, os pais que privarem seus filhos desta educação serão culpados de uma violação a que as autoridades deverão coibir [...] e, deste modo, assegurando a proteção da sociedade, cujos alicerces estão sendo minados [...] (VARELA, 1964 apud RODRIGUEZ, 2010, p. 23).

Varela argumentava ainda, através de seus ideais e projetos, que a educação deveria ter um sistema nacional, aonde seria levado em consideração, especialmente, o observar a fim de planejar e o planejar, na intenção de prever. Enfatizava também, que o sistema nacional deveria ter a articulação da ação do estado com a participação ativa do povo.

Contextualizados, ainda que brevemente, o cenário Rio-Grandense e o Uruguai, passamos, então, na próxima seção a problematizar, a partir das reportagens publicadas no jornal *A Federação*, a escolha do Uruguai como destino de estudo da comissão de professores rio-grandenses.

## A Missão Pedagógica ao Uruguai

O jornal *A Federação* publicou em sua edição de 01 de Setembro de 1913 uma pequena reportagem, na seção *Varias*, anunciando que o Governo do Estado havia nomeado uma comissão de professores da Escola Complementar para estudar na Capital

---

<sup>3</sup>Idem.

do Uruguai, Montevideu, os aspectos relativos ao serviço da instrução pública, lá ministrados. Foi apresentado também nessa reportagem os nomes dos professores que iriam à missão e, ainda, que a data de partida não estava confirmada, porém, seria em breve.

A partir desta publicação, observamos nas edições seguintes uma sucessão de reportagens que buscavam caracterizar o ensino público no Rio Grande do Sul e respaldar a opção do governo em encaminhar essa comissão à República do Uruguai. Tal episódio ocorreu devido a uma contestação apresentada pelo jornal concorrente, *Correio do Povo*, em que, dentre outros fatores, colocava em xeque o destino escolhido para a missão de professores. Como pode ser observado no excerto apresentado a seguir, o articulista do *Correio do Povo*, o jornalista Francisco Leonardo Truda (Léo D'Utra), se mostrou contrário a tal decisão, advertindo em seu artigo que encaminhar uma comissão de professores ao Uruguai não era uma ação eficaz, e sim um erro que o governo estava cometendo:

Dice señor d'Utra: < la ida de una comisión de profesores al Uruguay a nos pareció reparable. – Encuanto al viaje de alumnos consederamos esto redondamente um error. – Em un país extraño, em um médio que no es el suyo, com uma lengua que absolutamente desconoce...? Qué podrán aprovechar esos alumnos?> [...] (A FEDERAÇÃO, 13/10/1913, p.2).

Em virtude desse posicionamento, como mencionado, começou a ser publicado no jornal reportagens que apresentavam argumentos que, de certa forma, respaldavam a deliberação do governo e a opção pela República Oriental do Uruguai como destino da missão. Cabe destacar, nesse sentido, que ao todo, das 101 edições analisadas, 29 apresentaram alguma informação relativa à missão e destas, 14 foram noticiadas com o objetivo de responder diretamente as contraposições da redação do *Correio do Povo*.

A publicação, em sequência, dessas 14 notícias para “restabelecer a verdade adulterada dos factos” (A FEDERAÇÃO, 09/09/1913, p.3) evidencia o anseio dos republicanos em respaldar a opção do governo e mostra, ainda, o quanto os mesmos se utilizavam da palavra escrita como um instrumento pela consolidação do domínio republicano (CORSETTI, 2004) que neste caso, era a legitimar a veracidade da ação

governamental. Diante disso, considerou-se de suma importância ter como fonte principal as edições desse Jornal.

Logo, foram analisadas 101 edições (01.09.1919 – 31.12.1913) do jornal *A Federação*. A escolha por analisar tais edições se deu, então, pelo fato de nelas serem contempladas reportagens que abordavam algum aspecto sobre a missão pedagógica encaminhada ao Uruguai, fossem eles no sentido de anunciar, informar, ou ainda, de argumentar sobre a deliberação do governo gaúcho. Ressaltamos ainda, que o recorte analítico foi realizado compreendendo a edição que apresentou a primeira reportagem sobre a missão e o último mês do ano de 1913.

Assim, diante das análises realizadas, destacamos primeiramente que com o objetivo de “estudar os métodos de ensino ali adotados nas aulas públicas e tudo quanto diga respeito a esse importantíssimo ramo de serviço, ao qual nossa administração dá a maior atenção” (*A FEDERAÇÃO*, 01/09/1913, p.5), o governo gaúcho constituiu a comissão encaminhada ao Uruguai com os seguintes profissionais: o diretor da Escola Complementar de Porto Alegre e chefe responsável da missão Alfredo Clemente Pinto; e os professores Afonso Guerreiro Lima, Ondina Godoy Gomes, Georgina Godoy Moritz, Marieta Freitas Chaves e Florinda Tubiano. Os mesmos embarcaram para a República do Uruguai no dia 15 de setembro de 1913 e lá permaneceram até o embarque de regresso, no dia 28 de novembro de 1913.

Na maior parte das reportagens publicadas sobre a missão foi reiterado que a mesma contribuiria para o avanço da realidade educacional do Rio Grande do Sul, a qual vinha aos poucos sendo transformada. Para comprovar esse contexto de mudanças e refutar as colocações apresentadas no *Correio do Povo*, foram utilizados nas reportagens apresentadas dados comparativos entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais a fim de evidenciar que o Rio Grande do Sul não possuía uma instrução atrasada; dados dos relatórios anuais da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior relativos à instrução pública e, ainda, dados sobre o Uruguai mostrando o quanto aquele país vinha avançado em seu sistema educacional e, por isso, era digno de receber uma missão pedagógica.

Contudo, a partir das recorrências e ausências nos argumentos apresentados nas 29 reportagens referentes à missão, foi possível perceber que alguns elementos ganharam destaque, e de certa forma, respaldaram com maior ênfase o Uruguai enquanto destino da comissão. Salientamos, nesse sentido, que foi evidenciado um conjunto de cinco elementos/aspectos: (i) a distinção do Uruguai, (ii) as relações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, (iii) a localização geográfica do Uruguai, (iv) a língua utilizada e (v) o pequeno investimento financeiro para a missão.

O primeiro deles pode ser elucidado através do seguinte fragmento da reportagem intitulada *História do Uruguay*:

Com uma proporção de 37,4% de analfabetos sobre uma população escolar de 218.938, ocupa inquestionavelmente a Republica Oriental do Uruguay um saliente lugar, em materia de instrucção publica, entre os estados sul americanos, sobrepujando, nesse particular, a Argentina, o Chile, o Equador, o Paraguay, o Panamá, o Brazil, a Bolívia, o Peru e a Venezuela. (A FEDERAÇÃO, 30/10/1913, p. 6)

Como pode ser observado, a porcentagem de analfabetos era um indicativo que contribuía para a sustentação de um discurso de progresso, pois o alto índice do mesmo era característico de um contexto de atraso. Desse modo, quanto menor o índice de analfabetos em um país, mais inteligente e culto o mesmo era considerado. Logo, como o Uruguai vinha paulatinamente, nos últimos 40 anos, diminuindo o seu índice de analfabetismo, o mesmo vinha sendo considerado como uma República que estava avançando significativamente desde a sua última reformulação educacional, em 1878. Também foi possível evidenciar em outras reportagens que o fato de o Uruguai já ter enviado comissões pedagógicas aos Estados Unidos e a alguns países da Europa como a Alemanha e a Suécia, contribuía para a caracterização do mesmo enquanto uma República culta e adiantada que já colhia frutos das experiências realizadas em países mais desenvolvidos.

Além da considerável distinção do Uruguai, mais dois elementos foram identificados em meio as argumentações apresentadas: (i) as relações políticas estabelecidas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai e (ii) a localização geográfica do Uruguai. Elementos esses que podem ser percebidos na argumentação de V. M. Carrió ao refutar as argumentações do jornalista do *Correio do Povo*:

[...] Fuera de ésto? En qué es reparable la misión?. - ? Por ventura los maestros no aprenderán algo em nuestro país, que compense um viaje corto e poco costoso?.- ? Es censurable que los uruguayos vayan beber sabiduría à Europa, que nuestros profesionales se dirijan á la Argentina á estudiar conquistas alli alcanzadas y que los argentinos vengan identicamente á nuestra casa? [...] ? Por que, pués, el periodista llama país extraño al Uruguay, cuando em el mismo de hoy una intensa corrientes de confraternidad estrecha ambos pueblos, anula los rieles de sua ferrocarriles, acerca sus Gobiernos, niyela sus economias sociales?- En mi país consideramos á Brasil como á nuestro Hermano mayor y á Rio Grande como una prolongación de nuestra pátria. - ? Por que el ilustrado escritor dice esa palabra de extraños, que tan mal suena á nuestros oidos?. – (A FEDERAÇÃO, 13/10/1913, p. 2)

A fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi estabelecida em meio a guerras, disputas e acordos feitos e desfeitos a medida dos interesses econômicos dos mesmos, de Portugal e da Espanha (TARGA, 1991). Contudo, as ações políticas estabelecidas a partir dessa fronteira foram intensas e contínuas uma vez que isso poderia representar progresso e autonomia tanto para o Rio Grande do Sul como para o Uruguai. Assim, o interesse em estreitar os laços políticos, econômicos e sociais era perceptível, por exemplo, no próprio jornal *A Federação* que apresentava, com frequência, uma coluna intitulada *Notícias do Prata*. Na mesma, eram noticiadas informações políticas, econômicas, os impasses e o andamento sobre as tentativas de firmar acordos como, por exemplo, o da exportação e importação da erva-mate, os convites recebidos pelos dois governadores para os banquetes realizados em comemoração a Independência do Uruguai, a data de XV de novembro, entre outros. O que evidencia que existia uma rede de relações entre esses povos.

Sobre a proximidade geográfica é importante salientar que além da mesma tornar os povos mais próximos, a ponto de se identificarem como “los hermanos”, o fato de o Uruguai ser fronteira com o Rio Grande do Sul fazia com que a viagem da comissão fosse realizada em um curto período de tempo, se comparado com o tempo de viagem até os Estados Unidos ou à Europa. Logo, a comissão de professores rio-grandenses poderia retornar mais cedo ao Estado, antecipando assim, a elaboração e organização de futuras ações do governo.

Além desses três, um quarto aspecto foi identificado: a língua utilizada no Uruguai. Tal aspecto se configurou, segundo as argumentações apresentadas no Jornal, como mais um ponto favorável para a escolha do Uruguai como destino da missão. O fato de o português e de o espanhol serem línguas românicas e, a uma primeira impressão, serem muito parecidas por apresentarem certa similaridade entre a grafia e o significado de algumas palavras, talvez, tenha se configurado como uma língua mais acessível para os professores rio-grandenses, do que, por exemplo, o inglês ou o francês, idiomas usados em outros países considerados mais desenvolvidos. Há de se considerar ainda, que o fato de o Rio Grande do Sul e o Uruguai manterem, como salientado anteriormente, uma relação de “vizinhança” evidencia que, provavelmente, os comissionados já tivessem maior contato com a língua espanhola, não desconhecendo assim totalmente esse idioma.

Em consonância a essa questão, apresentamos mais um fragmento da carta encaminhada por V. M. Carrió ao jornal *A Federação* em resposta ao *Correio do Povo*:

[...] También no le asisterazón al señor d’Utra cuando sutalizando el argumento, hace hincapié em la diferencia de lenguas. – No es exacto esa diferencia, en la gravedad atribuída. – El português y el español no presentan diferencias substanciales. – Más distante, mucho más, está el catalán e el gallego del español y sin embargo ambos se comprendem perfectamente. – Si los alumnos fueran á Norte América, Suiza, Suecia ó Dinamarca, entonces si perderían tiempo precioso em aprender inglés, alemán ó alguna lengua nórdica, em médio de sociabilidades exóticas para nos otros. –

Á que suponer que, em un médio intelectual, los jóvenes rio-grandenses se encontrarán aislados em Montevideo por falta del idioma? - ? No vê el señor d’Utra que yo le contesto em castelhano y que me comprende como si escribiera em el más puro português de Camoens? [...] (A FEDERAÇÃO, 13/10/1913, p.2).

Pode-se perceber que tal excerto reforça a proximidade existente entre o português e o espanhol e articula ao elemento da língua, novamente, o aspecto relativo a localização geográfica do Uruguai enquanto uma possibilidade de estudar métodos mais avançados em um curto período de tempo. Através da reincidência desses argumentos, o idioma e a distância, foi possível identificar um quinto aspecto: o pequeno investimento financeiro que essa ação exigia.

Assim, além do custo da viagem diminuir pela proximidade geográfica, pode-se inferir a partir do excerto que o investimento com a missão também reduziria se não fosse necessário gastar despesas com a capacitação dos comissionados para aprender outro idioma. Compreendendo, sob os ideários republicanos, que a opinião pública deveria fiscalizar o poder local, responsável pelo trabalho financeiro esse último aspecto pode ser considerado como um dos elementos chave para a escolha de tal destino visto o anseio do partido em não criar dívidas que, futuramente, pudessem ser julgadas contra o partido pela população.

## Conclusões

Tendo como propósito apresentar os elementos que constituíram a necessidade e/ou interesse do governo gaúcho em encaminhar, sob a administração de Borges de Medeiros em 1913, uma missão pedagógica ao Uruguai, o uso das edições do jornal *A Federação* como fonte principal desta pesquisa se mostrou fundamental pelo fato de nelas serem apresentadas reportagens que propugnavam o ideário republicano. Ainda que as mesmas tenham sido escritas por determinados sujeitos, elas se caracterizam como parte da rede de ideias defendidas pelo PRR, o que nos permitiu uma análise com maior abrangência.

Assim, a contextualização dos cenários rio-grandense e uruguaio nos possibilitou identificar que a necessidade e/ou interesse do governo gaúcho em organizar uma missão pedagógica ao Uruguai se deu como uma tentativa e/ou um esforço em qualificar o ensino público que vinha sendo instaurado pelo PRR no Rio Grande do Sul. Principalmente, pela necessidade de superar as contingências do setor educacional que pudessem caracterizar esse Estado como atrasado tais como, por exemplo, o processo de formação de professores e os múltiplos métodos de ensino utilizados na instrução pública. Nesse sentido, tal análise corroborou ainda, que a intenção de modernizar a educação gaúcha estava atrelada ao ideário republicano de que com uma reforma intelectual o Estado teria progresso e desenvolvimento.



A análise das reportagens publicadas no jornal *A Federação*, imbricada a esses contextos, possibilitou apreender um conjunto de cinco aspectos que, de certa forma, respaldaram a opção da administração de Borges de Medeiros em encaminhar a missão pedagógica de professores rio-grandenses ao Uruguai. São eles: (i) a distinção do Uruguai, (ii) as relações políticas estabelecidas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, (iii) a localização geográfica do Uruguai, (iv) a língua utilizada e (v) o baixo custo financeiro da missão. Os mesmos, articulados, mostraram que a opção pelo Uruguai como destino da missão pedagógica não foi feita as escuras. Pelo contrário, ousamos dizer que a mesma foi fruto dos discursos e relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas entre ambos.

É indispensável ressaltar, contudo, que esse trabalho se caracteriza como uma análise preliminar de um recorte analítico de uma pesquisa mais ampla que vem sendo realizada. Logo, a articulação dos aspectos aqui problematizados a um contexto mais amplo que considere tanto os interesses/motivos do governo em organizar a missão, os aspectos que respaldaram a escolha do Uruguai bem como os efeitos dessa missão ao cenário gaúcho educacional devem ser aprofundados.

### Referências:

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre. 1913. Edições 00203 – 00304. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20191&pesq=>>. Acessado em Março de 2014.

BARRÁN, José Pedro. **La espiritualización de la riqueza: catolicismo y economía en Uruguay, 1730- 1900**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.

BRALICH, Jorge. **Breve Historia del a educación em el Uruguay**. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1987.

CAETANO, Gerardo. Lo privado desde lo público. Ciudadanía, nación y vida privada em el Centenario. In: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI, Teresa (Dirección). **Histórias de la vida privada em el Uruguay**. Tomo3. Individuo y soledades (1920-1990). Montevideo: Ediciones Santillana, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mercosur y parlamentos : los Congresos en la democracia y la integración.** Montevideo, Claeh, UPD-OEA, 2000, 214 p.

CORSETTI, Berenice. A educação: construindo o cidadão. In: **República velha** (1889-1930) Coordenação geral: TaunGolin, Nelson Boeira. Passo Fundo: Méritos, 2007. v-3 tomo 2 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

\_\_\_\_\_. O positivismo como base do pensamento educacional no Rio Grande do Sul (1889/1930). Disponível em:  
<[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/11\\_58\\_59\\_O\\_POSITIVISMO\\_COMO\\_BASE\\_DO\\_PENSAMENTO\\_EDUCACIONAL\\_NO\\_RIO\\_GRA.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/11_58_59_O_POSITIVISMO_COMO_BASE_DO_PENSAMENTO_EDUCACIONAL_NO_RIO_GRA.pdf)>.  
Acessado em 03 de março de 2014.

Decreto Estadual 874, artº 5, de 28 de fevereiro de 1906. In: **A FEDERAÇÃO**. Porto Alegre. 1913. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=>> Acessado em março de 2014.

GIOLO, Jaime. **Lança & grafite:** a instrução no RGS da primeira escola ao fim do império. Passo Fundo: Gráfica e Editora UFP, 1994.

GREISSING, Carolina. Conflictos y tensiones en el debate por la educación durante el Centenario (1910-1934). In: CAETANO, Gerardo. **Los uruguayos del Centenario:** nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; GONDRA, José Gonçalves (orgs.) **Viagens Pedagógicas.** São Paulo: Cortez, 2007.

PERES, Eliane Teresinha. Aprendendo **formas de pensar, sentir e de agir. A escola como oficina da vida:** discursos pedagógicos e práticas escolares da Escola Pública Primária Gaúcha (1909-1959). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, 2000.

RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo Dr. Protásio Antonio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1914. Disponível na Biblioteca Rio-Grandense. Rio Grande/RS.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação:** a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 1995.

TARGA, Luiz Roberto P. O Rio Grande do Sul: Fronteira entre duas formações históricas. **Ensaíes FEE**, Porto Alegre, v. 11, n.2 , p. 308 - 344. 1991.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A adoção da cartilha Maternal na Instrução Pública Gaúcha. In: **História da Educação/ASPHE**. FaE/UFPEL.vol.6 n.12. Setembro, 2002. Pelotas: editora da UFPel – semestral.